

## O Uso da Fotografia na Pesquisa sobre Subjetividade nas Organizações: O Caso de uma Prisão Feminina

**Autoria:** Clara Luisa Oliveira Silva, Luiz Alex Silva Saraiva

### Resumo

Neste artigo, o objetivo é discutir o uso da fotografia como técnica qualitativa para o estudo da produção (e controle) de subjetividade(s) nas organizações. Para tanto, foi realizado um estudo de caso na unidade feminina de um centro de ressocialização, em que valemo-nos da técnica de foto-elicitação aliada às entrevistas semi-estruturas com mulheres que cumpriam penas de prisão nos regimes fechado, semi-aberto e aberto. Os resultados apontam para, dentre outros, a adequação, no âmbito dos estudos organizacionais, das teorias de subjetividade que buscam compreender o sujeito a partir de um sistema de relações históricas e sociais que caracterizam os espaços de subjetivação. Reflexões sobre o papel da fotografia na relação entre pesquisador e sujeito de pesquisa compuseram a discussão sobre as potencialidades metodológicas da referida técnica.

**Palavras-chave:** Subjetividade; Fotografia; Prisão; Discursos.

### Introdução

O objetivo deste artigo é discutir o uso da fotografia como técnica qualitativa para o estudo da produção (e controle) de subjetividade(s) nas organizações.

Pesquisas caracterizadas pelas abordagens interpretacionistas e críticas tem, nos últimos anos, ganhado relativo destaque no cenário dos estudos organizacionais. A discussão da dimensão simbólica e subjetiva nas organizações serve de contraponto epistemológico em relação ao conjunto de teorias organizacionais calcadas na perspectiva funcionalista cujos pressupostos relacionam-se ao objetivismo e aos discursos de naturalização da ordem (PAULA; PALASSI, 2007; SARAIVA; CARRIERI, 2010). De outro lado, o campo dos estudos organizacionais tem sido alvo de diversos questionamentos a respeito da cientificidade de pesquisas que adotam estratégias metodológicas de cunho qualitativo, estratégias intimamente alinhadas aos pressupostos epistemológicos daquelas abordagens diversas a do funcionalismo (GODOI, 2006).

Na esteira dos mencionados enfoques interpretacionistas e críticos, a pesquisa sobre subjetividade nas organizações, por seu turno, tem se estruturado a partir de uma produção consistente, mas bastante esparsa, haja visto a multiplicidade de estudos realizados na filosofia, psicologia, sociologia, educação, na tentativa de elucidar questões sobre o sujeito e os elementos que sustentam sua constituição e sua expressão (PAULA; PALASSI, 2007). Diante dos múltiplos enfoques construídos sob bases epistemológicas, metodológicas e conceituais de diferentes áreas de conhecimento, não raro, a impressão formada, quando do início das leituras sobre subjetividade, bem como a reflexão sobre o fenômeno nas organizações, é de que a clássica indagação “o que é” está acompanhada de questionamentos mais inquietantes, como “adotar um referencial de qual área do conhecimento” e ainda “quais as escolhas metodológicas a serem feitas a fim de compreender o sujeito e sua expressão nos diferentes espaços sociais”, e de maneira particular, nas organizações.

Ao considerarmos as organizações como sendo padrões de discursos simbólicos (SMIRCICH, 1983), construídos quando das interações humanas, de que forma estes discursos mobilizam subjetividades, ou normalizam modos de o sujeito ser e se relacionar?

Questionam-se ainda os modos de o sujeito exercer seu potencial (re)criador diante das estruturas e processos organizacionais de cunho normalizador. E na intenção de refletir e compreender sobre os aspectos relacionados a estas indagações que, em maior ou menor grau estão relacionadas com o sujeito na organização, seus movimentos de significação e ressignificação, é que foi vislumbrada a possibilidade de uso da fotografia como técnica qualitativa na pesquisa sobre subjetividade.

Os argumentos que reforçam tal possibilidade foram construídos a partir das reflexões que cercam o tema da subjetividade nas organizações (ENRIQUEZ, 1997; ENRIQUEZ, 2000; FREITAS, 2002; GABRIEL, 1995; GONZÁLEZ REY, 2003; GONZÁLEZ REY, 2009), bem como o tema do uso da fotografia em pesquisas científicas (BANKS, 2009; BONI, 2014).

De maneira geral, este trabalho foi organizado em cinco partes além da presente introdução. Na primeira parte, apresenta-se uma discussão sobre subjetividade nas organizações. A questão do uso da fotografia na investigação de aspectos da realidade social foi levantada na segunda parte. A seguir, detalhamos os procedimentos metodológicos adotados no que concerne a este estudo de caso na unidade feminina de um centro de ressocialização. A quarta parte consiste no relato sobre o material coletado. Na última parte, são tecidas as considerações finais sobre este artigo.

### **Subjetividades nas organizações: uma linha tênue entre o controle e a resistência**

Um dos discursos que legitima a maioria dos modos de ser e estar nas organizações é o que associa a prática social de gestão ao imaginário do controle de tudo e de todos no contexto organizacional. No correr dos cursos em reconhecidas escolas de Administração, por exemplo, alimenta-se uma perspectiva de que os gestores exímios serão aqueles que planejam e implementam “bons” modelos de gestão. Leia-se “bons modelos de gestão” como aqueles que fornecem as diretrizes e as ferramentas para o alcance de determinados resultados (financeiros ou não), os quais, na maioria das vezes, estão sustentados por uma lógica que concebe a homogeneização e, logo, o (suposto) controle total dos aspectos constituintes da realidade social nas organizações.

Controle aqui, no espaço social das organizações, assume forma objetiva e subjetiva. Nas palavras de Faria (2007, p.104), a organização “[...] controla resultados pela produção, pelas normas, pelas estratégias e pela gestão. Controla os sujeitos, controla os comportamentos, impõe medos, receios, aciona mecanismos de defesa, conformismo ou resistências”.

Especificamente, as práticas disciplinares, dispositivos do poder disciplinar (FOUCAULT, 1977), regulamentam, no contexto organizacional, não apenas os sujeitos mas, também, a coletividade. Inscritas nas estruturas de controle de tipo pessoal, técnico, burocrático ou jurídico, as práticas disciplinares aparecem na forma de políticas, práticas e procedimentos de supervisão, de rotinização, de formalização, de automatização. Não se pode esquecer o conjunto de práticas culturais de adesão, de permissão e de persuasão morais, que buscam o controle do que subjaz às capacidades de reflexão e ação dos sujeitos nos espaços organizacionais (CLEGG, 1996).

Por esta ótica, a racionalidade aparece como a principal característica constitutiva das organizações, e quando algum aspecto foge dessa realidade de previsão, não raro, as justificativas remontam aos temas do poder e resistências como se fossem disfunções de um suposto sistema que funciona sempre de modo articulado (CLEGG, 1996).

Enriquez (1997), por seu turno, chama a atenção para o exercício do controle sobre o modo de pensar, isto é, inculca-se a ideia de que é preciso pensar sempre no “bem” das organizações, ou em outros termos, pensar sempre nas maneiras de alcançar os objetivos

determinados nesses espaços sociais. A lógica que é ainda reforçada é a que se refere aos processos de identificação, na medida em que o indivíduo idealiza os espaços sociais organizativos, se identifica com os mesmos, tornando-se uma espécie de “serviçal voluntário” que descobre o gozo na submissão. Procura-se instaurar, nas organizações, uma significação de que o indivíduo é respeitado, é valorizado. Dizendo de outra forma, nesses espaços, exigem-se “[...] indivíduos que se querem sujeitos (mas que, de fato, são alienados) de seu destino e agentes da história” (ENRIQUEZ, 1997, p. 25). Porém, o que ocorre é o aprisionamento desses indivíduos nas identificações heroicas, o que os faz se comportarem como seres prontos, delimitados por um padrão de herói.

Tais reflexões nos apontam, em linhas gerais, a problemática da produção (e controle) de subjetividades nas organizações. De que forma os discursos, as práticas, os procedimentos, os processos organizacionais concorrem para a construção de indivíduos como sujeitos que pertencem a dada coletividade (ou determinada categoria)? Ou, de que forma os discursos organizacionais mobilizam subjetividades, normalizam modos de o sujeito ser e se relacionar? Quais os mecanismos de resistência do sujeito às tentativas de mobilização e controle de suas produções de sentidos?

Assume-se, neste estudo, uma posição que passa, principalmente, pelo reconhecimento da existência de uma dinâmica simbólica nas organizações, no sentido de que, muito embora haja uma intencionalidade por parte dos que gerenciam as organizações quando da elaboração e implementação de processos, práticas e ferramentas que procurem mobilizar as subjetividades das pessoas, acredita-se que estas últimas constroem modos de ser e se relacionar que não se restringem ao que é prescrito como normal ou regular em dado contexto organizacional (SARAIVA; CARRIERI, 2010).

Este aspecto traz a tona uma concepção de que as organizações são conformadas por terrenos “não colonizados”, “não controláveis”, “não gerenciáveis”, terrenos estes para fora dos limites de objetivos traçados, planejamentos, tecnologias de gestão, discursos (GABRIEL, 1995). E ademais, adotar esse posicionamento, reforça abordagens que pensam o sujeito e sua expressão muito além de uma perspectiva de assujeitamento, perspectiva esta muito atrelada ao *mainstream* funcionalista que caracteriza a área de estudos organizacionais, em específico, e as ciências sociais como um todo. Em contrapartida, um sujeito dito assujeitado aqui dá lugar a um sujeito do pensamento, de um pensamento que ultrapassa a mera condição cognitiva e passa a ser suportado pela dimensão da emoção, simultaneamente fundamentada em sentidos subjetivos produzidos em diferentes zonas da trajetória de vida da pessoa, em diferentes espaços sociais, em diferentes períodos de tempo, todos sintetizados no momento atual de certa ação, de certa relação (GONZÁLEZ REY, 2003; 2009). Pensamos o sujeito aliado a uma capacidade de refletir sobre seus modos de ser e estar no mundo, sobre ações e relações que a ele dizem respeito, e de, por vezes, intervir nos espaços sociais, transcendendo determinadas limitações dos arranjos objetivos e subjetivos ali existentes.

### **Retratos das subjetividades: discussão sobre os usos e possibilidades da fotografia**

O surgimento da fotografia, no século XIX, foi marcado pela atenção do público e, ao mesmo tempo, por uma dura resistência vinda de grupos de artistas que não reconheciam em tais imagens um valor estético conferido às pinturas, esculturas ou mesmo gravuras da época (ENTLER, 2007). Desde esse período até os dias de hoje, com o avanço da tecnologia de comunicação, a fotografia demonstrou seu potencial de uso principalmente nos campos do jornalismo, publicidade e propaganda.

Mas, e no campo das pesquisas científicas, quais as possibilidades de uso da fotografia na investigação de fenômenos em uma realidade social? O entendimento de alguns aspectos

relacionados ao ato de fotografar, ao que se produz desse ato, possibilita tecer uma reflexão sobre este questionamento.

Expressão estética e subjetiva do mundo visível, a fotografia, de maneira geral, consiste no registro de uma “paisagem” continuamente interpretada, algo que desperta reações diversas, possibilita reconstruções de tempos e espaços. A fotografia configura-se, assim, como espaço de enunciação e reflexão sobre crenças, valores, medos, preconceitos do sujeito, sua posição no mundo, aquilo que o distancia e aproxima do(s) outro(s) nos diferentes espaços sociais (BONI, 2004).

Se se considerar sua relação com a realidade pode-se situar a fotografia em dimensões que a tomam como “retrato” ou “espelho” do real, como transformação do real e como traço de um real (DUBOIS, 1993). O processo que deu origem a uma imagem fotográfica indica uma elaboração concreta e social específica, representando, por assim dizer, o desenrolar de um momento histórico específico, caracterizado por determinados aspectos econômicos, sociais, políticos, religiosos, estéticos (KOSSOY, 2001).

A fotografia pressupõe o resgate de memórias, a reconstituição de uma trajetória a partir de uma espécie de “[...] viagem no tempo em que a história particular de cada um é restaurada e revivida na solidão da mente e dos sentimentos (KOSSOY, 2005, p.43). Falamos de memória aqui como fenômeno individual, algo do sujeito, construído em suas vivências, porém, reconhecemos a sua dimensão coletiva e social. Tal como Pollak (1992), identificam-se os acontecimentos vividos, as pessoas ou personagens, os lugares como elementos que conformam aquilo que as pessoas chamam de memória, e, assim, aquilo que é possível trazer a tona por meio de uma câmera fotográfica.

Não se tratam apenas de acontecimentos, pessoas, lugares, mas também de histórias, sentimentos, silêncios e sentidos. A fotografia como “gatilho de memória” permite a recuperação de histórias sobre o que se representa na imagem, bem como suscita relatos de lembranças e vivências que ultrapassam o fotografado (HOFFMANN, 2010). Os múltiplos recortes, quadros e ângulos, diferentes arranjos dos padrões estéticos e éticos na forma de representar determinado objeto ou fenômeno, se igualam às diferentes possibilidades de criação e transformação de tempos e espaços constituídos, bem como às diferentes possibilidades de os sujeitos se colocarem no âmbito desses tempos e espaços (VOLPE, 2007). Olhar para uma fotografia torna-se uma experiência fundada em uma produção de sentidos que, por vezes, impulsiona um redimensionamento de ações, relações e posições de sujeito em uma realidade social. E é tendo em vista esta concepção de fotografia como produção de sentidos, e, ainda, como espaço de expressão do sujeito e seus modos de ser e estar no mundo, que vislumbra sua possibilidade de uso no âmbito dos estudos organizacionais para a discussão da subjetividade nas organizações.

Neste artigo, propõe-se o uso da fotografia no estudo dos elementos que constituem o sujeito e suas subjetividades nas organizações. Compreende-se, desse modo, a fotografia como um instrumento de pesquisa que permite a expressão das pessoas, ou a construção de um percurso afeito ao processo mais complexo de reflexão do e sobre o sujeito a partir de perspectivas que proporcionam um resultado mais comprometido com o posicionamento epistemológico que aqui adotamos (GONZÁLEZ REY, 2010), no caso, o interpretativismo, que pressupõe a realidade social como uma construção feita pelos sujeitos tendo em conta os processos de nomeação (BURRELL; MORGAN, 1979).

## Procedimentos metodológicos

Tendo em vista o objetivo de discutir o uso da fotografia como técnica qualitativa para o estudo da produção (e controle) de subjetividade(s) nas organizações, foram definidos alguns aspectos que conformam o delineamento metodológico que apresentamos nesta seção.

Partimos de uma noção construtiva-interpretativa do conhecimento, isto é, a produção de conhecimento não se confunde com apropriação linear de uma realidade e um consequente elencar de categorias universais. De modo contrário, as reflexões e práticas de investigação são legitimadas a partir da intenção de se produzir novas “zonas de sentido”, ou campos de inteligibilidade que, longe de esgotar as possibilidades de explicação de uma questão de pesquisa, abrem os caminhos para novos e futuros aprofundamentos nas construções teóricas. (GONZÁLEZ REY, 2010).

No âmbito dessa concepção, intimamente relacionada aos pressupostos da abordagem qualitativa (CHIZZOTTI, 2005; FLICK, 2004; GODOY, 1995), realizou-se um estudo de caso na unidade feminina do Centro de Reintegração Social Franz de Castro Holzwarth da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), que se localiza na cidade de Itaúna, no estado de Minas Gerais. Na época, um dos principais objetivos era analisar os aspectos atinentes à constituição do sujeito a partir da identificação de elementos que compõem a trajetória construída por esse sujeito nos domínios da prisão. Foram realizadas 19 entrevistas do tipo semi-estruturada com as mulheres que cumpriam pena de prisão nos regimes fechado, semi-aberto e aberto.

Na esteira do processo de realização das entrevistas com as recuperandas (nome pelo qual, ali naquele contexto, eram chamadas as mulheres que cumpriam pena privativa de liberdade), valemo-nos, especificamente, da técnica chamada foto-elicitação, a qual “envolve o uso de fotografias para evocar comentários, memória e discussão no decorrer de uma entrevista semi-estruturada” (BANKS, 2009, p. 89). Retirada da internet, a fotografia, apresentada a seguir, consiste na imagem das mãos de uma mulher algemadas para trás. A fotografia era mostrada para a recuperanda, sendo-lhe indagados os sentimentos ou memórias que emergiam a partir do ato de olhar para a imagem.



Figura 1: Mulher algemada.

Fonte: Disponível em: <http://www.images.google.com.br>.

Nesses processos dialógicos, foram construídos discursos, os quais compreendemos como uma das formas de subjetividade social, importante, assim, para a investigação das realidades individual e social dos sujeitos. “O emprego das palavras é uma expressão

simbólica, que além de mostrar um ou vários sistemas discursivos, significa também a história única de quem fala, o que diferencia as emoções associadas do emprego das palavras, dando lugar ao seu sentido” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 213).

Os discursos produzidos a partir da (e sobre a) fotografia da mulher algemada foram interpretados por meio do uso da técnica de análise francesa do discurso. Especificamente, priorizou-se a identificação: (i) dos principais aspectos da análise lexical<sup>1</sup>; (ii) dos temas<sup>2</sup> e figuras<sup>3</sup> (explícitos e implícitos); (iii) dos principais percursos semânticos estruturados a partir dos temas e figuras; (iv) dos aspectos interdiscursivos; (v) dos aspectos da sintaxe discursiva; (vi) aspectos refletidos e refratados nos discursos; (vii) das condições de produção dos discursos; (viii) dos principais discursos presentes no texto; (ix) dos aspectos ideológicos defendidos e combatidos nos discursos; e (x) da posição do discurso hegemônico em cada um dos textos, em relação aos discursos hegemônicos na sociedade em que eles se situam.

### **Apresentação dos resultados**

Esta seção organiza-se de modo a apresentar os discursos enunciados pelas mulheres que cumprem pena de prisão na APAC. Em um primeiro momento, são evidenciados os fragmentos discursivos cuja análise apontam para os sentidos em relação ao fato de “ser algemada”. Na outra parte desta seção, busca-se tecer uma discussão sobre o aspecto simbólico da “algema” e as experiências subjetivas, as posições de sujeito que engendra.

#### *O “ser algemada” na prisão: enunciando sentidos, tempos e lugares*

Parte dos discursos construídos ao olhar para a fotografia de uma mulher algemada com as mãos para trás, aborda os sentimentos ou memórias que despontavam a partir daquela representação do “ser algemada”.

(001) Nossa, desespero. Ver um trem feio deste é muito desespero. Dá muita humilhação. Porque eles tiram os pertences da gente. No sistema comum, a gente tem que andar com cabeça baixa, uma roupa, uma roupa muito assim, uma roupa vermelha, uma coisa muito ruim para vestir. Você não tem uma roupa decente, boa pra vestir. Não sei o que te falar. Eu sei que algema não é comigo mais. Quando eu ficava lá na penitenciária, eu dormia no chão, na porta da cela. Já cheguei a dormir na porta do banheiro. E quando a torneira estragava, jorrava água para o chão e molhava o meu colchão. E molhava o meu colchão e ele chegou até a mofar. Ali no fechado, lá embaixo, usa algema também pra sair, mas, a gente é tratada como ser humano né. Aqui tem algema. Mas, a gente é tratado como ser humano e não como cachorro. Essa foto me lembra muita humilhação (E2).

O desespero e a humilhação são os dois sentimentos que E2 relaciona ao que está representado na fotografia: “Nossa, desespero. Ver um trem feio deste é muito desespero. Dá muita humilhação. [...] Essa foto me lembra muita humilhação”. Especificamente, os léxicos “desespero” e “humilhação” apresentam-se como sendo os temas do discurso do sofrimento, sofrimento este que parece ter perpassado a trajetória da enunciativa no sistema comum<sup>4</sup>, um dos espaços sociais de execução da pena de prisão. O sujeito evoca a privação de seus objetos pessoais (“Porque eles tiram os pertences da gente”), a postura submissa (“[...] a gente tem que andar com cabeça baixa [...]”), o uso da “roupa vermelha” (“[...] uma roupa, uma roupa

muito assim, uma roupa vermelha, uma coisa muito ruim para vestir. Você não tem uma roupa decente, boa pra vestir”).

Na APAC, os sujeitos que cumprem pena no regime fechado não são isentos do uso da algema. Todavia, o que permite a ressignificação do uso de um artefato que também está presente no sistema comum, é o modo como os sujeitos que cumprem pena são tratados. A expressão “ser humano”, assentada no tema da dignidade, e o léxico “cachorro”, o qual tem por base a ideia dos maus tratos, são os dois elementos que indicam a interdiscursividade do enunciado (001). Na APAC (identificada pelo léxico “aqui”), o sujeito seria bem tratado, ao passo que, no sistema comum (“penitenciária”), o sujeito, a partir de tudo que lhe é imposto, vivenciaria um estado de degradação equivalente ao de um animal irracional, um “cachorro”. Ainda, pela seleção lexical “Eu sei que algema não é comigo mais”, pressupõe-se uma disposição da parte da enunciativa de não reincidir nas atividades criminosas.

(002) Ai, eu vou te falar, é uma tristeza muito grande. Aqui, a gente sai mais normal, né. Lá no sistema comum, a gente é algemada pra trás e tem que andar de cabeça baixa. Agora, aqui, é pra frente e, dependendo, se você estiver de blusa de frio, nem dá pra ver que a gente está presa (E21).

A desolação revela ser o sentimento que E21 vincula à representação do “ser algemada”, a qual está contida na fotografia mostrada: “Ai, eu vou te falar, é uma tristeza muito grande”. A enunciativa prossegue seu discurso remetendo ao tema da normalidade do sujeito. Implicitamente, admite-se a algema como um artefato que, de certa forma, imprime no sujeito a marca da transgressão, identificando-o na categoria do diferente (e, portanto, do “anormal”) no âmbito da sociedade. O “ser algemada” já implica a emergência de um sentimento de inadequação à ordem social. Porém, tal sentimento de inadequação pode ser amenizado pela forma como o sujeito é algemado, se com as mãos para “frente” ou para “trás”. Ser algemado para “frente”, o que ocorre na APAC, faz com que o sujeito se perceba mais próximo da normalidade, fato que não se sucederia no contexto das organizações do sistema comum, onde o sujeito é algemado para “trás”.

Na APAC, ao ser algemado pra “frente”, o sujeito se percebe “mais normal”. Todavia, a presença do advérbio “mais” antes do adjetivo “normal”, indica um implícito subentendido que essa normalidade parece é plena. Por meio da seleção lexical, “Aqui, a gente sai mais normal, né”, a enunciativa manifesta a consciência da sua diferença em relação a um “outro” que não cometeu algum crime. Pressupõe-se que E21 sente vergonha de sua condição de sujeito desviante, haja vista que traz para seu discurso a menção sobre a possibilidade de ocultar o artefato que exterioriza a sua situação de cumprimento de pena privativa de liberdade: “[...] aqui, é pra frente e, dependendo, se você estiver de blusa de frio, nem dá pra ver que a gente está presa”.

(003) Vem um sentimento de ser tratado como animal né. E um animal feroz assim, igual um bicho que se soltar vai atacar, vai matar, vai voar nas pessoas. Eu não me vejo assim. Eu acho que não tem necessidade disto não. Tens uns que talvez necessitem, porque são muito agressivos. Mas, é uma coisa que aqui na APAC não tem né. Tem só na hora que a gente sai na escolta. Mas, só que aqui na APAC é pra frente né. É algemada na frente. A gente fica assim, olha. Agora, lá no sistema comum, não, lá, a gente é algemada pra trás, com as mãos para trás. Dizem que agora algemam até os pés. E tem

diferença sabe, todo mundo sente. Porque a gente se sente mais presa, pra trás é pior. Para trás é muito pior não tem nada que você pode fazer. E para frente, você pode mexer com a mão, você pode passar a mão no rosto. Agora para trás não. Menos pior quando você está algemado para frente. Assim, mas é cena muito triste (E5).

No fragmento discursivo (003), o “ser algemada” fundamenta-se, de maneira geral, no tema do “aprisionamento”. A algema é o artefato que permite conter o sujeito desviante, é algo que limita seus movimentos corporais. A percepção da enunciadora é de que o ato de algemar os sujeitos que cometeram algum desvio implica equipará-los a uma espécie de animal feroz que precisa ser detido a fim de garantir a integridade física dos seres humanos: “Vem um sentimento de ser tratado como animal né. E um animal feroz assim, igual um bicho que se soltar vai atacar, vai matar, vai voar nas pessoas”. Inseridas em um conjunto de elementos que comporia uma dimensão mais concreta do aprisionamento de quem ofendeu a ordem social estabelecida, as algemas encerram, portanto, a ideia de proteção da sociedade.

A enunciadora reflete sobre si mesma, sobre as relações que constroi (e/ou construiu) ao longo de sua trajetória, e rejeita as representações que comumente são atribuídas sujeito desviante, quais sejam: a de sujeito agressivo e, por extensão, a de sujeito perigoso. A seleção lexical que se toma como elucidativa a este respeito é transcrita a seguir: “Eu não me vejo assim”. Levando-se em conta essas reflexões de E5, podemos corroborar a premissa de que o “sujeito representa um momento gerador de sentidos que não se limita por nenhuma condição subjetiva *a priori*<sup>5</sup> [...]”, nem por elementos que o contexto social parece impor (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 238)

Ainda, pelo enunciado (003), as variações do “ser algemada” pressupõem variações na percepção que E5 elabora acerca de seu aprisionamento. Especificamente, “ser algemada” para “trás”, tal como acontece nas organizações do sistema comum, aumenta a sensação de despojo da liberdade: “[.] a gente se sente mais presa, pra trás é pior”. Subtende-se que, na APAC, ao ser algemado para “frente”, o sujeito se percebe mais livre. Neste ponto, pode-se fazer uma associação com o que foi exposto por Enriquez (1997) sobre o fenômeno de identificação exacerbada do sujeito com a organização e, por decorrência, de alienação destes sujeitos acerca dos condicionantes objetivos e subjetivos que demarcam as posições que ocupa neste espaço social.

(004) Assim, realmente mostra preso mesmo, e isto aqui é uma coisa que você leva pra vida toda, não é só aquele tempo que você está preso, é uma vida toda. Porque ali você aprende mesmo, é escola da crime mesmo. No sistema comum, você aprende a escola do crime e, hoje em dia, aqui a gente sai com a algema pra frente. Tem algema, igual lá no regime fechado tem algema. E quando você vem para o semi-aberto, você não sai de algema mais, e também quando você tem mérito e estas coisas assim. Mas, aqui a algema é para frente. Lá no sistema comum é para trás e você só sai assim de cabeça baixa. Nossa, a diferença é enorme. Pelo menos aqui, no sistema da APAC, você sai com a algema para frente, você sai conversando, você sai rindo e aquela coisa toda. No sistema APAC, você sai com a cabeça para cima. E no sistema comum, não, você sai com algemada para trás e com a cabeça baixa, senão você apanha ainda. E aqui no semi-aberto, eu já saio sem algema. A partir de hoje, eu já saio sem algema, porque aí o juiz já autoriza a sair sem algemas. Porque aí você já tem aquela

confiança para eles já saírem com você [...] Então assim, olhar pra essa foto, eu não posso falar que o sentimento é bom, o sentimento é muito ruim. (E9).

De início, o “ser algemada”, tal como na foto apresentada, suscita em E9, enunciadora do depoimento (004), a lembrança do período em que cumpriu pena nos espaços sociais do chamado “sistema comum”, os quais são percebidos como inadequados ao processo de emenda do sujeito. Para E9, o sistema comum se constitui como uma espécie de “escola do crime”, isto é, um espaço social onde, ao invés da recuperação do sujeito, ocorreria a reafirmação de suas condutas desviantes ou a consolidação da socialização do sujeito no crime, socialização principiada antes do ingresso do sujeito na prisão.

No restante de seu discurso, E9 faz apontamentos mais específicos sobre o “ser (ou não ser) algemada” e sobre o artefato que o possibilita: a “algema”. O uso da algema parece implicar a diferenciação dos sujeitos que cumprem pena em estágios distintos da execução penal. Na APAC, os sujeitos que cumprem pena no regime fechado são algemados, ao passo que os sujeitos que obtiveram progressão de regime (semi-aberto e aberto), não mais. Além de pela progressão de pena, a possibilidade do “não ser algemada” surge pelo preenchimento de alguma exigência institucional estabelecida, que denote, portanto, o “mérito” do sujeito de não ser algemado, mesmo cumprindo pena em um regime (fechado) em que, comumente, faz-se o uso da algema quando das saídas do sujeito da organização prisional. Essas afirmações são baseadas na seleção lexical: “Tem algema, igual lá no regime fechado tem algema. E quando você vem para o semi-aberto, você não sai de algema mais, e também quando você tem mérito e estas coisas assim”. Mérito aqui pode ser entendido como mais dispositivo disciplinar (FOUCAULT, 1977), pautado em uma lógica de diagnóstico do sujeito com vistas a delinear um estatuto de verdade sobre este sujeito que se relaciona intimamente com a prática do poder de vigiar e punir.

Da mesma forma, a enunciadora reflete sobre os aspectos do “ser algemada”, especificamente, do “ser algemada” no sistema comum e do “ser algemada” na APAC. No sistema comum, as algemas são colocadas com as mãos para “trás” e o sujeito deve permanecer com a “cabeça baixa”. Já na APAC, as algemas são colocadas com as mãos para “frente” e o sujeito anda de “cabeça pra cima”. Contido no trecho discursivo a seguir, está o relato das diferenças sobre o “ser algemada” nos dois citados espaços sociais de cumprimento de pena: “Mas, aqui a algema é para frente. Lá no sistema comum é para trás e você só sai assim de cabeça baixa. Nossa, a diferença é enorme. Pelo menos aqui, no sistema da APAC, você sai com a algema para frente, você sai conversando, você sai rindo e aquela coisa toda. No sistema APAC, você sai com a cabeça para cima”. O implícito pressuposto é de que os modos como o corpo é disciplinado (no sentido de quais os movimentos legitimados e, por extensão, os não-legitimados), em cada espaço social, demarcariam a percepção de quem enuncia sobre essa “diferença enorme” do “ser algemada” na APAC e do “ser algemada” no sistema comum. As mãos para “trás” e a “cabeça baixa” são duas posturas corporais que remeteriam a ideia de submissão do sujeito. Em contrapartida, as mãos para “frente” e a “cabeça para cima” fariam alusão à dignidade do sujeito.

### *A algema como símbolo da (a)normalidade*

A algema, no caso, funciona como uma espécie de marcador do defeito moral do sujeito (GOFFMAN, 2008), o que (re)afirmaria a sua posição de sujeito (a)normal. A algema é o artefato que indica a pertença do sujeito a uma categoria de criminoso, uma categoria dos que se situam à margem da sociedade, dos que são percebidos como inferiores.

(005) Ahh, nem sei como te falar. Porque é, sei lá, tem tempo que eu nem uso. A sensação é horrível, as pessoas ficam te olhando pensando assim: ‘Nossa, é um bandido’. E a sociedade não me conhece, não sabe de onde eu sou, o que eu fiz, porque eu fiz. Se está me vendo algemada, independente de tudo, eu sou bandida, né. A algema representa a pessoa sendo uma bandida, uma coisa assim. Pra mim, é uma sensação muito ruim quando eu vejo uma algema. [E quando você sai aqui na APAC, você é algemada?] Sou. Mas, tem muita diferença, porque, quando a gente é algemada no presídio, eles apertam a algema do jeito que você nem possa mexer e é sempre pra trás. Agora, aqui não. Aqui, é tranquilo. A algema é mais larga, eles não vai te arrastando, você vai com suas próprias pernas. E a diferença é de que, a partir do momento que eles aqui colocam a algema em mim pra frente, é sinal de confiança. Porque se eu quiser fugir, eu posso fugir. Agora, ela pra trás é um pouco mais difícil, porque você tem que passar ela pra frente e tal. Mas, se eu quiser fugir, eu posso fugir. Qualquer uma que quiser fugir consegue assim. Então, isso aqui é um sinal de confiança né. É sinal de confiança, nem que seja um pouquinho, porque é algema ainda né. E você reconhece o preso muito pela algema né (E24).

E24, por exemplo, estabelece uma relação do “ser algemada” com o tema da rejeição social, o qual revela-se, no fragmento discursivo (005), a partir da alusão ao “olhar” da sociedade para quem está algemado. Colocado de outra forma, no âmbito do enunciado (005), os verbos “olhar” e “ver” trazem implícita a acepção da discriminação dos sujeitos que cumprem pena e são algemados. Nesse sentido, a algema é o artefato que expõe a situação do sujeito desviante que cumpre pena: “E você reconhece o preso muito pela algema né”. A algema é, assim, inscrita no conjunto de mecanismos que atuam de modo a conferir ao sujeito uma espécie de identidade de “bandido”, a identidade de transgressor das normas sociais. O que permite essa interpretação é a seleção lexical a seguir: “Se está me vendo algemada, independente de tudo, eu sou bandida, né. A algema representa a pessoa sendo uma bandida, uma coisa assim”.

O tema da “confiança” é suscitado quando da menção sobre as formas do “ser algemada”. Na APAC, a algema, além de ser “mais larga”, é colocada com as mãos para “frente”, ato que manifesta a confiança no sujeito, na medida em que se vislumbrariam maiores possibilidades de fuga quando as algemas são dispostas dessa maneira. Ao contrário, no “presídio”, as algemas são apertadas e colocadas com as mãos para “trás”, sugerindo (e confirmando), pois, que aqueles sujeitos que, de certa forma, contrariaram as leis não são dignos de crédito algum.

Na seleção lexical “e a diferença é de que, a partir do momento que eles aqui colocam a algema em mim pra frente, é sinal de confiança. Porque se eu quiser fugir, eu posso fugir”, E24 busca (re)afirmar uma suposta autonomia no ato de decidir sobre seu próprio encarceramento, indicando, pois, que permanecer na prisão é algo fruto da vontade do sujeito e não da restrição de mobilidade que lhe é imposta, dentre outros, quando do uso das algemas. O que se percebe, assim sendo, aproxima-se do que foi dito por Freitas (2002) sobre o fato de que, no meio organizacional, as pessoas se tornam cúmplices no que diz respeito à mobilização de sua subjetividade na medida em que crêem numa espécie de liberdade para fazer suas próprias escolhas.

(006) Sinceramente, nem ligo mais pra algema. Assim, é difícil, você pensar que você tem que sair na rua com isto. Hoje, que estou no semi-aberto, não uso mais algemas. E, hoje em dia, eu saio com as meninas de escolta e vejo que elas estão algemadas, aí eu penso: ‘Nossa, é humilhação demais’. Você ter que passar por entre mil pessoas algemada. A primeira vez que eu saí sem algemas, é diferença demais, nossa. Ali, a gente já é enxergado diferente, você entendeu?! A liberdade das mãos é a melhor coisa que a gente tem. Eu já saí algemada aqui, eu fiquei um ano no fechado. Mas, aqui, é para a frente né. Aqui a gente é algemada pra a frente e, no presídio, é para trás. E eu acho que para trás é mais humilhação. Apesar de quando eu sentava dentro do carro, eu passava ela pra frente e depois voltava ela para trás. E pra frente é bem melhor, porque ali você coloca uma blusa de frio e acabou, você tampa ela. E agora para trás, não tem como. Se você tiver algemada pra trás e se você cair, você não tem uma proteção. Agora, se você cair com ela pra frente, você já está mais protegido. Ahh, mas pra mim agora está normal, eu ando normal (E3).

A contradição revela-se quando da análise das relações estabelecidas entre as construções frasais do discurso (006). Não obstante afirmar sua indiferença em relação ao artefato “algema” (“Sinceramente, nem ligo mais pra algema”), a enunciadora, no correr do fragmento discursivo (006), associa o uso das algemas aos temas da “humilhação”, do “preconceito” e da “(a)normalidade” do sujeito que cumpre pena.

Para E3, o “ser algemada” instaura um sentido de depreciação do sujeito: “E, hoje em dia, eu saio com as meninas de escolta e vejo que elas estão algemadas, aí eu penso: ‘Nossa, é humilhação demais’”. Por esta linha de raciocínio, a algema restringe a mobilidade física do sujeito, bem como as percepções que a sociedade faz a respeito deste último. O olhar para o sujeito sem algemas é um olhar diferente do que se concede para o sujeito algemado. A partir da seleção lexical “A primeira vez que eu saí sem algemas, é diferença demais, nossa. Ali, a gente já é enxergado diferente, você entendeu?!”, pressupõe-se que mesmo em processo de cumprimento de pena, o sujeito que não usa algemas, quando de suas saídas para outros meios sociais, se sente menos julgado pela sociedade.

O uso das algemas funciona como critério de normalidade ou não do sujeito. Nesse sentido, exterioriza uma espécie de imperfeição do sujeito, mais precisamente, sua imperfeição moral. Sem as algemas, E3 se percebe como “normal”: “Hoje, que estou no semi-aberto, não uso mais algemas [...] Ahh, mas pra mim agora está normal, eu ando normal”.

(007) Para mim, é normal. Normal, porque eu já convivi demais com isto, entendeu?! Nossa, demais da conta. Então para mim é uma coisa normal. Porque preso tem que ficar é preso mesmo, ficar algemado. E então porque isto aqui pega a gente, e você estando com as mãos livres ou com a mão deste jeito, isto aqui, para um bandido, não impede nada não. Bandido tira. Eu tiro, eu tranco, eu abro ela. E então por isto que eu te falo, eu aprendi muito com a minha mãe. Se a minha algema estiver para trás, eu passo a minha algema para a frente. Além de tirar e além de trancar ela com um ferrinho. Aqui na APAC, agora, estou saindo sem algema. Porque nós aqui, nós estamos no semi-aberto e no semi-aberto não pode ser algemado. E só para quem é do

fechado. E eu não gosto de ver não. Se fosse para eles me mandarem eu colocar algema em alguém eu não coloco não. Pode me colocar de castigo, mas eu não coloco. Porque, para mim eu acho normal, porque eu sei lidar com isto aí, mas tem muita gente que não sabe lidar e nem sabe como olhar para as outras pessoas. Porque eu sei encarar uma pessoa estando algemada, mas muita gente sente dor. Eu não, eu não sinto dor não (E1).

No fragmento discursivo (007), o tema da “normalidade” também parece vincular-se ao ato de ser algemada. A seleção lexical seguinte oferece a base para a realização de tal afirmação: “Para mim, é normal. Normal, porque eu já convivi demais com isto, entendeu?! Nossa, demais da conta. Então para mim é uma coisa normal”. A partir da referida seleção lexical, pode-se depreender que a normalidade de ser algemada advém de uma longa trajetória no cárcere. Além disso, a enunciadora procura destacar a facilidade que possui quando se trata do manuseio da “algema” e, com isso, acaba reconhecendo-se (ou de certo modo, confirmando uma posição, que emergiria quando do cometimento de um crime, no caso) na categoria de “bandido” pelo domínio do uso do artefato: “[...] isto aqui, para um bandido, não impede nada não. Bandido tira. Eu tiro, eu tranco, eu abro ela”.

O implícito pressuposto é de que E1 associa o uso das algemas ao sentimento de vergonha. A algema, nesse sentido, simbolizaria a desonra do sujeito ao transgredir alguma norma estabelecida socialmente. Todavia, mantendo certa concordância com a ideia de normalidade do ato de “ser algemada”, E1 atesta não sentir essa vergonha, atribuindo-a a outros sujeitos no cárcere. Compreende-se o citado implícito pressuposto da seleção lexical seguinte: “Porque, para mim eu acho normal, porque eu sei lidar com isto aí, mas tem muita gente que não sabe lidar e nem sabe como olhar para as outras pessoas. Porque eu sei encarar uma pessoa estando algemada, mas muita gente sente dor. Eu não, eu não sinto dor não”. O entendimento é de que o léxico “dor” não se refere a um sofrimento físico, mas sim uma espécie de sofrimento moral.

### **À guisa de conclusão**

Com o objetivo de discutir o uso da fotografia como técnica qualitativa para o estudo da produção (e controle) de subjetividade(s) nas organizações, realizou-se um estudo de caso em uma prisão feminina. Baseamos-nos, especificamente, na técnica chamada foto-elicitação, apresentando aos sujeitos de pesquisa uma fotografia que consiste na imagem das mãos de uma mulher algemadas para trás. Deste processo, foram produzidos discursos que, de um modo geral, estão relacionados a uma espécie de reterritorialização do vivido, o que oferece, por conseguinte, elementos para a compreensão da subjetividade, em um movimento que, ao mesmo tempo, levanta questões de ordem teórica e metodológica acerca do assunto.

Os discursos que versavam sobre o artefato “algema” e ainda sobre a representação do “ser algemada” permitiram o apontamento de temas que, de uma maneira geral, se relacionam ao modo como o sujeito reflete sobre si mesmo, como o sujeito reconhece o(s) outro(s), e como o sujeito toma consciência (ou não) de práticas ou arranjos institucionais sustentados numa aceção de controle.

Precisamente, quando das entrevistas, a fotografia usada foi, em vários momentos, o indutor para que o sujeito retomasse sua trajetória no crime, colocando em destaque os episódios em que quem falava relembra o tempo em que cumpria pena de prisão em presídios do dito “sistema comum” e era algemada tal qual a mulher da foto. A enunciação de

um tempo e espaço diferentes serve de base para a construção de discursos em que as mulheres que cumprem pena na APAC, que são algemadas para frente, se percebem e se colocam diferentes em relação às mulheres que cumprem pena em outros espaços sociais, em que, na maioria das vezes, são algemadas para trás. Esse achado na pesquisa fortalece as teorias de subjetividade que buscam compreender o sujeito a partir de um sistema de relações históricas e sociais que caracterizam os espaços de subjetivação.

Múltiplos sentidos a respeito do artefato “algema” são suscitados. A algema é o marcador de uma espécie de defeito moral, algo que identifica a transgressão, a rejeição social, a (a)normalidade do sujeito. Muito mais do que um objeto cujo modo como é usado representa a diferença entre as recuperandas e mulheres que cumprem pena em outros presídios, a algema estabelece uma clivagem entre dois grupos: o dos sujeitos que obedecem os princípios de uma dada ordem social, de um lado, e o dos sujeitos que apresentam comportamentos diferentes daquilo que se convencionou como o correto na sociedade, sendo chamados, muitas vezes, de desviantes. A algema restringe os movimentos do corpo do sujeito, bem como as percepções que a sociedade faz a respeito deste último. Aqui, é levantada a questão do modo como os processos de subjetivação dos sujeitos dentro e fora da prisão são processos marcadamente atravessados pelo simbolismo, tanto em sua forma mais concreta (representada, por exemplo, pela “algema”), quanto pela dinâmica de ações e relações que são construídas no cotidiano da prisão e da sociedade.

Em algumas passagens, identifica-se a formação de um discurso que indica a perspectiva do controle em um extremo, e a abordagem da autonomia na outra ponta. Especificamente, as mulheres percebem a restrita mobilidade física e social que condiciona a situação de aprisionamento, mas procuram reforçar uma ideia de autonomia, isto é, elas estão ali naquele espaço social, por vontade própria. Esse achado de pesquisa nos permite indagar sobre a natureza e o alcance do controle nas organizações. A negação discursiva do aprisionamento pode advir de uma reflexão do sujeito sobre os discursos, as práticas institucionais e de uma escolha de se submeter para sobreviver. Neste ponto, é possível pensarmos na seguinte questão, a qual incorpora boa parte da atenção dos pesquisadores de subjetividade: até que ponto o sujeito dito assujeitado está desprovido de capacidade reflexiva?

O uso da fotografia, no contexto de realização de entrevistas semi-estruturadas, apresentou-se como sendo uma técnica que viabilizou a compreensão de alguns dos aspectos que constituem o sujeito em situação de aprisionamento. As narrativas que se deram a partir da apresentação da fotografia demarcou um momento de maior proximidade entre quem pesquisava e quem cumpria pena de prisão, a fotografia assume, assim, um status de dispositivo que evoca um “dizer” que, por ventura, poderia ser indizível. Além da fala, a técnica de fotoelicitação é atravessada por reações do sujeito, movimentos da face, do corpo. Por meio do resgate de memórias e experiências que se configura a partir da entrevista com o uso da fotografia, o sujeito mostra algo de si, dos outros, e ainda das dimensões concretas e simbólicas que permeiam dado espaço social. Considerando o campo dos estudos organizacionais, pode-se afirmar que, para além das potencialidades teóricas advindas dessas reflexões tecidas sobre o sujeito e sua(s) subjetividade(s), o uso da fotografia aliado com a técnica de entrevista semi-estruturada chama para a necessidade de elaborar um desenho de pesquisa que incorpore uma combinação de técnicas orientadas a conferir múltiplos olhares interdisciplinares para dado fenômeno a fim de buscar a compreensão da realidade em um processo de discussão interativa e intersubjetiva.

## Referências

- BANKS, M. **Dados visuais para pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BONI, P.C. (Org.). **Fotografia: usos, repercussões e reflexões**. Londrina: Midiograf, 2014.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis: elements of the sociology of corporate life**. London: Heinemann, 1979.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- CLEGG, S. Poder, linguagem e ação nas organizações. In: CHANLAT, J. F. (Org.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. v. 1.
- DUBOIS, P. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Papirus, 1993.
- ENRIQUEZ, E. O indivíduo preso na armadilha da estrutura estratégica. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 18-29, jan. /mar. 1997.
- ENRIQUEZ, E. Vida psíquica e organização. In: MOTTA, F. C. P. ; FREITAS, M. E. (Org.). **Vida psíquica e organização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- ENTLER, R. Retrato de uma face velada: Baudelaire e a fotografia. **FACOM**, n.17, p.4-14. 2007.
- FARIA, J. H. Economia política do poder e subjetividade. In: JUNQUILHO, G. S. et al (Orgs.). **Tecnologias de gestão: por uma abordagem multidisciplinar**. Vitória: EDUFES, 2007.
- FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FREITAS, M. E. **Cultura organizacional: identidade, sedução e carisma?** 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- GABRIEL, Y. The unmanaged organization: stories, fantasies and subjectivity. **Organization Studies**, London, v. 16, n. 3, p. 477-501, May 1995.
- GODOI, C. K. et al. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63. mar./abr. 1995.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GONZÁLEZ REY, F. **Sujeito e subjetividade**: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

GONZÁLEZ REY, F. **O social na psicologia e a psicologia social**: a emergência do sujeito. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos de construção da informação. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

HOFFMANN, M.L. **Guardião de imagens**: “memórias fotográficas” e a relação de pertencimento de um pioneiro com Londrina. 2010. 97f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Londrina.

KOSSOY, B. **Fotografia e história**. 2 ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KOSSOY, B. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, E. (Org.). **O fotográfico**. 2 ed. São Paulo: Hucitec/Senac, 2005.

PAULA, A. P. P. ; PALASSI, M. P. Subjetividade e simbolismo nos estudos organizacionais: um enfoque histórico-cultural. In: CARRIERI, A. P. ; SARAIVA, L. A. S. (Org.). **Simbolismo organizacional no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2007.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212. 1992.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Dinâmica simbólica nas organizações. In: MARCHIORI, M. (Org.). **Comunicação e organização**: reflexões, processos e práticas. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2010.

SMIRCICH, L. Concepts of culture and organizational analysis. **Administrative Science Quarterly**, New York, v. 28, n. 3, p. 339-358, Sep. 1983.

VOLPE, A. J. **Fotografia, narrativa e grupo**: lugares onde pôr o que vivemos. 2007. 197f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2007.

---

<sup>1</sup> Tipo de vocabulário.

<sup>2</sup> Elementos mais abstratos de um enunciado.

<sup>3</sup> Elementos mais concretos de um enunciado.

<sup>4</sup> Penitenciárias, presídios, delegacias.

<sup>5</sup> Excetuando-se as formas patológicas de organização subjetiva (GONZÁLEZ REY, 2003).